

38º Encontro Anual da Anpocs

SPG16 - Potências tradicionais, potências emergentes  
e a ordem mundial contemporânea: dilemas, tensões  
e possibilidades

**Polaridade regional e percepção de ameaças:  
comparando as políticas de defesa de África do  
Sul, Brasil e Índia**

**Igor Daniel Palhares Acacio<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Email: igoracacio@iesp.uerj.br. Bolsista do CNPQ. Este trabalho sumariza alguns temas trabalhados em minha dissertação de mestrado (ACÁCIO, 2013), financiada pela CAPES.

**Resumo:** O trabalho tem como pressuposto teórico a regionalização das questões de segurança internacional no pós Guerra Fria, em que importam, na análise, tanto as capacidades materiais de poder, quanto aspectos relativos à percepção dos temas "de segurança". Partindo da literatura sobre segurança regional e potências regionais, o objetivo é realizar, em perspectiva comparada, uma análise da percepção de ameaças de África do Sul, Brasil e Índia, no enquadramento de suas Políticas de Defesa. As fontes são dados quantitativos para avaliar a posição de cada um dos casos analisados frente às suas regiões (África do Sul na África Austral, Brasil na América do Sul e Índia no subcontinente indiano), do ponto de vista das capacidades nacionais materiais e, principalmente as políticas declaratórias de defesa, documentos em que consta a percepção das elites político-administrativas quanto à inserção internacional e de segurança de seus Estados. A comparação tem foco em dois aspectos para a análise do discurso de segurança que consta dos documentos de Defesa: as percepções sobre a segurança regional nas regiões nas quais se inserem e junção lógica entre segurança e desenvolvimento.

Palavras-chave: Segurança Regional - Escola de Copenhague – Segurança e Desenvolvimento – África do Sul, Brasil e Índia

## **Introdução**

A política internacional do pós Guerra Fria apresenta-se enquanto um cenário de crescente complexidade e difusão do poder global. Se, nos anos 1990, o cenário era de reafirmação da unipolaridade militar dos Estados Unidos da América, o período que se seguiu foi de uma crescente valorização dos cenários políticos regionais, seja por iniciativas de integração regional (HURREL, 1995;2007), seja pela regionalização dos conflitos internacionais (STEWART-INGERSOL ; FRAZIER, 2011). Nos anos 2000, esse panorama se intensifica com o malogro do projeto hegemônico estadunidense evidenciado pelos problemas enfrentados no pós 11 de setembro e Guerra Global contra o Terror. Estados considerados subalternos experimentam relativa ascensão no cenário internacional, mormente calcada em taxas elevadas de crescimento econômico, bem como crescente influência em assuntos nas regiões em que se inserem. Estudiosos têm se dedicado a debater as consequências geopolíticas do despontar desses Estados semiperiféricos no Sistema Internacional.

A seara de atuação por excelência desses Estados com África do Sul, Brasil e Índia é a região onde estão inseridos. Há uma miríade de temas onde as chamadas potências regionais teriam sua participação aumentada nessa ordem global em permanente transformação do pós Guerra Fria e pós 11 de setembro de 2001. O debate sobre potências regionais permeia a discussão sobre segurança regional, já que a tendência dos conflitos contemporâneos é a regionalização, numa lógica de “quanto mais próximo, maior probabilidade de conflitos”. O objetivo deste trabalho é uma analisar, em perspectiva comparada, a percepção de ameaças de África do Sul, Brasil e Índia, no enquadramento de suas Políticas de Defesa, em especial o componente declaratório.

Cabe enunciar, então, as hipóteses desenvolvidas ao longo do texto, as quais devem ser entendidas como proposições heurísticas. De uma análise do dados quantitativos, pretende-se obter um diagnóstico da distribuição de capacidades materiais em três importantes regiões do planeta, buscando constatar se há preponderância em favor de África do Sul, Brasil e Índia dentro de suas respectivas regiões, bem como compreender o lugar ainda semiperiférico que estas três “potências regionais” ocupam vis-à-vis os países centrais, questionando, com os dados, a ideia de que estes Estados, do ponto de vista das capacidades materiais, são “emergentes”. A segunda proposição diz respeito à análise qualitativa dos documentos declaratórios de defesa dos casos: as percepções de ameaça são oriundas da leitura do contexto regional feita pelo Estado, ou seja, caso não haja ameaças declaradas, estabelece-se com mais intensidade o nexo lógico-discursivo entre segurança e desenvolvimento para legitimação da política de defesa. A próxima seção apresenta um constructo teórico que permite conferir inteligibilidade à análise a ser feita, em seguida apresenta-se uma revisão da literatura sobre os casos, posteriormente apresenta-se a análise dos dados quantitativos e qualitativos e a última seção evidencia as considerações finais deste estudo.

## **1 Constructo Teórico e Métodos Adotados**

### **1.1 Quadro teórico de análise**

A raiz da corrente teórica abordada está associada a um processo de ampliação da agenda de Segurança Internacional que já se havia iniciado na década de 1970, quando temas econômicos e de migrações internacionais foram incorporados. No pós-Guerra

Fria, esse processo intensifica-se consideravelmente com a inclusão de mais ameaças não estatais. As formulações referentes às “novas ameaças” sofrem novo impulso quando ocorreram os ataques terroristas de 11/09/2001.

Nesse contexto, situa-se a Escola de Copenhague. Esse grupo de teóricos, num contexto de reorganização do Sistema Internacional no pós-Guerra Fria, amplia e redefine as questões a serem tratadas na seara da Segurança Internacional. Afirmando que o que faz uma questão de Segurança é algo ser colocado discursivamente como ameaça existencial; os autores ressaltam que o discurso de segurança tem servido para legitimar ações extraordinárias, situadas além das regras políticas vigentes, esboçando uma divisão metodológica das questões de segurança entre setores, a saber, Político e Militar – já tradicionais nas análises –, Econômico, Societário e Ambiental, com dinâmicas específicas observáveis.

O quadro analítico de Buzan et alii (1998) se traduz em uma visão pela qual a Segurança Internacional é uma questão essencialmente discursiva, sendo um conceito central a Securitização, à qual pode estar sujeita, em teoria, qualquer questão pública, e as questões se conformariam, na agenda de segurança, sob três formas, variando num espectro que compreende intensidade de ameaça percebida e resposta institucional empregada<sup>2</sup>.

Barry Buzan e Ole Waever (2003) escreveram um trabalho seminal para o estudo da regionalização do ambiente de segurança regional construindo uma análise do cenário internacional lastreada numa classificação de países que se utiliza da Escola Inglesa da Teoria de Relações Internacionais e neorealismo (ao levar em conta traços estruturais). O diagnóstico pelos autores (2003, p. 29-37) para a ordem internacional vigente no pós Guerra Fria é que há uma Superpotência Global<sup>3</sup> (EUA), quatro Grandes Potências<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Trata-se da já consagrada divisão entre os estágios de segurança, em que "Não Politizado" quando o Estado não lida com a questão e não há debate público ; "Politizado", quando o tema é parte de política pública, requerendo decisões do governo sobre alocações e "Securitizado", face extrema da politização, quando questão é apresentada como ameaça existencial e demanda medidas emergenciais.

<sup>3</sup> Trata-se de um Estado que possua capacidades políticas e militares do exercício do poder globalmente, reconhecimento de seu comportamento político pelos outros entes do Sistema e função ativa nos processos de securitização e dessecuritização globalmente (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 35-36).

<sup>4</sup> Estados que possuem menos capacidades e menos esforço comportamental, tendo que, entretanto, participar de processos de securitização e dessecuritização para além de suas regiões,

(Rússia, China, União Europeia e Japão) e as Potências Regionais. Tal diagnóstico de ordem internacional foi revisto por Barry Buzan (2011) para um cenário em que a configuração do poder global fosse a sem precedentes, "0 + X". Tal configuração de um mundo sem superpotências é possível, segundo o autor, por se tratar de um conceito contingente: os EUA estão em crescente perda de legitimidade internacional e os principais "contendores" serem Grandes Potências com tendências a não superarem este status. A este cenário, Buzan nomeou *globalismo descentrado*, numa ordem internacional cada vez mais regionalizada (BUZAN, 2011, p. 16).

Torna-se basilar compreender o conceito de Complexo Regional de Segurança (CRS): um conjunto de Estados cujas maiores percepções e preocupações em segurança - ou processos de securitização e dessecuritização - estão interligadas e seus problemas de segurança nacional não podem ser abordados analiticamente (ou mesmo resolvidos) em separado (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44). Ainda que se possa questionar sobre a aplicabilidade geral desse conceito, o ponto sobre esta teoria é consistir numa abordagem cujo pressuposto é que as preocupações em segurança tendem a ocorrer mais dentro das respectivas regiões nas quais Estados se inserem.

Segundo Cepik (2009, p. 68), a estrutura essencial de um Complexo Regional de Segurança leva em consideração a distribuição de poder entre os Estados (polaridade regional) numa determinada região geográfica, numa inspiração neorrealista de Buzan e Waever, os padrões históricos de amizade-inimizade entre os Estados relevantes (polarização) - opção pela dicotômica lógica "schmitiana" da política - as relações de poder com atores externos à região, mormente grandes potências, a fronteira de exclusão que permite separar Estados que constam do CRS dos demais e a anarquia como princípio ordenador<sup>5</sup>.

Detlef Nolte (2010) discute a importância analítica das regiões, estando interessado nas hierarquias de poder que se estabelecem dentro delas. O termo "potência regional" é desmembrado conceitualmente, pois inclui uma dimensão geográfica

---

autoconcebendo-se e sendo reconhecidas como maiores do que somente atores regionais (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 35-36).

<sup>5</sup> Buzan e Waever (2003, p. 58) também dizem que há complexos em que a situação não é anárquica, e sim hierárquica.

fundamental, posto que está é uma delimitação geográfica e social; e outra dimensão política, na medida em que se está estudando como se manifesta o Poder nas interações regionais.

De forma complementar ao ambiente da segurança regional, há que se ponderar sobre os conceitos de potência regional, os quais, em geral, partem de uma difusão do poder global contemporâneo. Para este artigo, adota-se o conceito de potência regional conforme Stewart-Ingersoll e Frazier (2011, p.7): Estados que possuem capacidades suficientes para projetar poder e influenciar desproporcionalmente a dinâmica de segurança dentro de um Complexo Regional de Segurança<sup>6</sup>. Assim, esta é uma adição ao constructo de Buzan e Waever, com a dimensão de ordem internacional –preconizada pela Escola Inglesa em Teoria de Relações Internacionais –, introduzindo o conceito de “Ordens Regionais de Segurança”, definidas como os arranjos de governo entre as unidades de um sistema regional incluindo regras, princípios e instituições que são desenhadas para fazer interações de segurança que permitam previsões e para sustentar objetivos coletivos frente aos padrões de securitização e dessecuritização. Importam, nesse conceito, tanto as dimensões de capacidades tradicionais dos Estados (poder militar, poder econômico etc.) quanto padrões de securitização, de constituição da agenda de segurança de uma determinada região, bem como a constituição e conjugação de tais fatores, gerando tipos diferentes de ordem regional.

O conceito de potência regional também é formulado por Flesmes (2007a, p. 6-18), definido numa conjugação de fatores materiais, ideacionais e de ação internacional. O Estado, para ser classificado nessa categoria, deve exercer alguma tentativa de liderança regional, possuir os recursos materiais necessários, empregar instrumentos de política externa para consecução de seus objetivos e ser percebido como líder por vizinhos.

Uma contribuição recente ao debate sobre Potências Regionais, cujo horizonte empírico é a Política Externa Brasileira, é Lima (2013), que identifica quatro

---

<sup>6</sup> Alternativamente há a definição de Detlef Nolte (2010), em que um *Regional Great Power* deve atender aos seguintes atributos: ser geograficamente membro de uma região, ser capaz de resistir a uma coalizão de outros Estados dentro da região, influenciar altamente as questões regionais, um Estado que, ao contrário dos *Middle Powers*, pode ser uma Grande Potência em escala mundial, em adição à sua posição regional (NOLTE, 2010, p. 889).

características centrais para definir poderes regionais enquanto tipo ideal, a saber, possuir capacidades materiais e organizacionais para projetar poder regional, demonstração de vontade expressa pela concepção própria da estrutura de governança regional, reconhecimento dos vizinhos e influência política real na região (LIMA, 2013, p. 17). Neste trabalho, aborda-se, em alguma medida, a primeira e a segunda dimensões do conceito.

Em síntese, entende-se as Potências Regionais (*Regional Powers*) Estados detentores de preponderância do ponto de vista das capacidades materiais de poder e influenciam de forma decisiva os assuntos de segurança e a dinâmica geral daquele Complexo Regional de Segurança no qual estão inseridos.

## 1.2 – Nexo entre segurança e desenvolvimento?

Nos anos 1990, constatou-se, dentro do já mencionado processo de ampliação da agenda dos estudos sobre segurança, que a questão do desenvolvimento pode estar presente e é fundamental na formação de agendas de segurança pelo mundo. Ayoob (1995) discute agenda de segurança em Estados do chamado “terceiro mundo”, afirmando que o entendimento sobre segurança naqueles locais, dentre eles África do Sul, Brasil e Índia, não se apresentaria dissociado do processo de *State Building*, ou seja, da construção das estruturas do Estado.

Já o termo analítico “*security-development nexus*”<sup>7</sup> ou o nexo entre segurança e desenvolvimento, é posterior oriundo de estudos que buscam explicar agendas de segurança de Estados em processo de reconstrução, pós-Guerra Civil etc., em especial no continente africano (CHANDLER, 2007; BURR *et alii*, 2007; OJENDAL; STERN, 2010; 2011). Ligar segurança a desenvolvimento se tornou um lugar-comum na prática política de Estados com relativa escassez de capacidades materiais e, mais especificamente, de estabilidade política.

Este termo, apesar de surgir para discutir um contexto político específico, pode integrar um constructo aplicável a outros contextos políticos, no caso de nossa

---

<sup>7</sup> Os autores definem o que entendem por nexo: *a nexus can be understood as a network of connections between disparate ideas, processes or objects; alluding to a nexus implies an infinite number of possible linkages and relations* (OJENDAL; STERN, 2010, p. 11).

investigação, para avaliar a existência de ligação discursiva entre segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa das potências regionais.

### 1.3 Considerações sobre o método

Inspirada pelos conceitos e definições supramencionados, cabe demonstrar o desenho desta pesquisa. O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte forma: como potências regionais, portadores de capacidades materiais, se percebem, do ponto de vista da política declaratória de defesa, quanto aos temas da segurança regional e no nexo entre segurança e desenvolvimento? A hipótese para a pesquisa, entendida como uma proposição heurística, pode ser assim formulada: dado que um Estado, quando percebe ameaças externas como relevantes para sua sobrevivência, tende a elevar o teor dessas temáticas na Política de Defesa; a Política de Defesa de Estados que não percebem ameaças externas como relevantes em sua agendas tende a associar discursivamente as temáticas da Segurança e do Desenvolvimento.

As fontes utilizadas para a execução desse trabalho são de ordem quantitativa e qualitativa. As fontes analisadas são de ordem quantitativa, ainda que se complemente o estudo por uma pesquisa bibliográfica que dê inteligibilidade aos dados. Avalia-se o indicador CINC de capacidade nacionais (Correlates of War, 2010 ; SINGER et alii, 1972), visando a observar a polaridade (distribuição de poder na região), gastos militares (SIPRI, 2012;2013) e Produto Interno Bruto (WORLD BANK, 2013) (para atualizar o indicador CINC, que só está disponível até 2007).

O índice de Capacidades Nacionais, desenvolvido originalmente pelo projeto *Correlates of War* (Singer et alii, 1972), inclui a produção de ferro e aço, população urbana, população total, total de gastos militares, total de pessoal militar e total da produção energética de um país com relação ao total de recursos disponíveis no sistema internacional. Trata-se de um indicador que demonstra as capacidades relacionais do sistema internacional, sua estrutura, os limites aos quais a ação estatal está sujeita (AMORIM NETO, 2011; RODRIGUEZ, 2012).

Como qualquer medida quantitativa, o CINC não capta a realidade social perfeitamente, trata-se, pois, de uma escolha de pesquisa considerá-la para tecer considerações sobre o problema analisado. Os dados disponíveis para essa variável vão de 1816 a 2007, e o conceito que os autores desse índice utilizam para Poder, inspirado



numa visão neorrealista da política internacional (WALTZ, 1979), demonstra como se encara uma das dimensões do Poder neste artigo ao abordar este indicador<sup>8</sup>.

Trata-se, pois, de entender que o índice de capacidades é uma operacionalização, ainda que reducionista, do conceito de poder. Entretanto, deve-se fazê-lo para observar, conforme faremos na terceira seção, um retrato do balanço de capacidades nos três casos estudados comparativamente.

Recentemente, pesquisadores fizeram uso de algumas das variáveis trabalhadas neste artigo, mas, de forma geral, o estudo de potências regionais pela via de diagnósticos sobre a distribuição de capacidades nas regiões em que se inserem, ainda é escasso. Stewart-Ingersol e Frazier (2011;2012) apresentam alguns dados nesse sentido na seção empírica de seu trabalho. No caso sulamericano, Alves e Heye (2008) utilizam as medidas do gasto militar e apresentam um balanço dos equipamentos militares na América do Sul. Rezende (2013) também se utiliza de um gráfico elaborado com dados do CINC para discutir a polaridade na América do Sul.

De forma comparativa, Cepik (2009) apresenta um balanço das capacidades militares nos três casos (Brasil, Índia e África do Sul). Registre-se, também o trabalho de Teixeira Junior (2010), utilizando o indicador desenvolvido pelo *Correlates of War* como variável explicativa para o regionalismo no Mercosul e na SAARC. Aquele autor, entretanto, não se utiliza de outros indicadores para robustecer o defasado temporalmente indicador CINC, bem como chega a conclusões diferentes deste artigo, pois aquele trabalho parte da premissa de que o regionalismo influencia a polaridade regional nos casos analisados. Castellano da Silva (2012) utiliza alguns dados de capacidades materiais e balanço de capacidade militar para identificar uma transformação na polaridade daquela região, argumentando que a unipolaridade, naquele continente, teria dado lugar à bipolaridade, com a ascensão de Angola. Os dados analisados aqui sugerem o contrário, mas trata-se de um debate em curso. Trata-se, no caso deste artigo, de

---

<sup>8</sup> Nas palavras do manual *do Correlates of War*: ““Power” here defined as the ability of a nation to exercise and resist influence is a function of many factors, among them the nation's material capabilities. Power and material capabilities are not identical; but given their association it is essential that we try to define the latter in operational terms so as to understand the former” (COW, 2010 p. 3).

delinear os traços estruturais dos Complexos Regionais de Segurança à luz dos dados coletados tão somente.

Quanto às fontes de ordem qualitativa, estas consistem nas políticas declaratórias de defesa dos casos analisados. O argumento subjacente é que percepção de ameaça dos Estados pode ser avaliada em suas políticas declaratórias de defesa, documentos em que os Estados afirmam publicamente seus planos de defesa.

O livro Branco de Defesa do Brasil consiste em um aprofundamento de um processo de formulação de política de defesa iniciado em 2005, com a II PDN, operacionalizado a partir de 2008 com a END e agora mais detalhado e debatido com a sociedade, em 2012. Trata-se de um documento de 275 páginas, dividido em seis capítulos, anexos e, ao fim, uma lista com os acadêmicos, políticos e diplomatas envolvidos no debate para sua elaboração. O foco da análise reside, neste documento, nos capítulos um e dois, intitulados, respectivamente, "O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional" e "O Ambiente Estratégico no Século XXI", por serem as seções do documento em que constam as formulações mais gerais sobre o objeto de análise deste trabalho, as percepções de ameaça. A opção por analisar este documento se dá porque é mais recente formulação da política declaratória de defesa do Brasil, bem como a mais bem sistematizada.

No caso da África do Sul, a *South African Defense Review* 2013 foi elaborada muito mais tempo depois de estabelecido o quadro mais amplo da política de defesa, se comparada com o Brasil: a política de defesa pós apartheid é de 1996, revisada em 1998 e em 2012/2013. O foco de análise, pelas mesmas razões do caso brasileiro, está na introdução, e nos capítulos 1, 2, 3 e 9, intitulados, respectivamente, "*The South African State 'a developmental perspective'*", "*The Strategic Environment*", "*Drivers of Insecurity*" e "*Developmental and Ordered Tasks*". A versão analisada neste trabalho é a mais recente, de abril de 2013 e a opção por analisá-la se justifica por ser a mais recente versão da política declaratória de defesa da África do Sul, passados 15 anos desde o último documento.

A Índia não possui uma política declaratória de defesa nos mesmos moldes de Brasil e África do Sul. Foram analisados relatórios do Ministério da Defesa da Índia, documentos com conteúdo superior às duzentas páginas lançados anualmente desde

2000. São analisadas, para este trabalho, 14 versões do capítulo inicial dos relatórios, que é dedicado a indicar quais as fontes de ameaça e prioridades da política de defesa indiana. Os documentos em si são repletos de detalhes, com um conjunto de figuras que demonstram equipamento e tropas, sempre operacionais, assim como no caso brasileiro. O formato adotado para o capítulo inicial, entretanto, é aquele utilizado numa política declaratória, sendo um documento público divulgado por uma agência do governo encarregada da tarefa da defesa, e com periodicidade anual, ao contrário de Brasil e África do Sul, que passaram por processos escrutínio público com suas políticas declaratórias e estas são divulgadas com intervalo de tempo maior. Os capítulos analisados, são intitulados "*Strategic Environment*", ou "*National Security Environment*", variando conforme o ano. Para análise do caso indiano, uma vez que a natureza dos documentos é diferente daquela para os outros dois casos, procedimentos metodológicos diferentes foram adotados: objetivou-se observar elementos constantes e variáveis naqueles relatórios de modo a identificar as percepções de ameaça do Estado indiano.

Assim sendo, a estratégia principal adotada é a da comparação de casos que guardam semelhança em seu *status* geopolítico, com atributos de poder semelhante no sistema internacional. Em última análise, o trabalho também é um teste para o poder explicativo da categoria de potência regional. Espera-se que Brasil e África do Sul apresentem similaridade quanto à existência de nexos discursivo entre segurança e desenvolvimento na política de defesa – com diferenças qualitativas – e a Índia presente de forma reduzida este aspecto.

Além disso, considera-se, neste trabalho, que definir Segurança e Desenvolvimento é algo instrumental aos Estados para a aquisição de fins políticos. Para tal entendimento, é basilar ter que os documentos analisados são manifestações discursivas, cabendo encarar as categorias mobilizadas como "categorias nativas" aos documentos analisados (BUCKLEY; CHAPMAN, 1997), conforme a contribuição da antropologia aos estudos de ciência política. Palavras com o poder retórico de “Segurança” e “Desenvolvimento” são, para além de conceitos fixos ou ideais normativos, observadas no texto conforme aparecem. O significado imputado a elas pelos atores resulta na percepção de ameaça, elemento de interesse nesta pesquisa.

## **2 Revisão da literatura sobre os casos**

Cabe, para fins de contextualização, uma apresentação dos casos. A República da África do Sul<sup>9</sup>, ex-colônia da Inglaterra e independente desde 1910, viveu, até 1994, um regime político segregacionista, em que uma elite branca dominava a política, e a maioria da população negra ou *coloured* (de origem indiana) estava sujeita à marginalização e violência de toda sorte. Esse Estado era considerado uma presença hostil na África Austral, chegando a desenvolver armamento nuclear e empreender diversas intervenções armadas em países vizinhos.

A partir de 1994, teve início um ciclo intenso de transformação social, com a chegada do primeiro presidente negro ao poder, resultado de um processo de transição política e lutas sociais capitaneadas pelo Congresso Nacional Africano, entidade política que congregava os negros sul-africanos e cujos líderes eram os depois presidentes Nelson Mandela, Thabo Mbeki. Com eles, o país experimenta uma mudança profunda em sua orientação externa, bem como na política interna e na economia, com reformas econômicas de cunho neoliberal e a cunhagem de um projeto para a região da África Austral em que a África do Sul, antes inimiga de seus vizinhos, agora seria líder e principal motor econômico. Os desafios do ambiente de segurança regional na África Austral são amplos, desde o influxo de refugiados até epidemias e criminalidade, entre outros. A política de defesa acompanhou a mudança no regime político e foi revista ao longo da década de 1990 e em 2012-2013.

O caso da África do Sul apresenta os fatores sistêmicos como um cenário possível de instabilidade regional no subcomplexo regional de segurança da África Austral, com questões como refugiados, crime transnacional e epidemias emergindo fortemente e permeando a agenda de segurança daquele Estado. Em conjugação, fatores domésticos como mudança no paradigma de inserção internacional deste país com a queda do *apartheid* e a construção de uma agenda de segurança que contemplasse uma nova África do Sul, aderente aos regimes internacionais e buscando cada vez mais desenvolvimento econômico, redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população, sem que, entretanto, uma perspectiva de liderança sobre a África Austral fosse abandonada; outrossim, mais e mais consolidada em face da prosperidade econômica sul-africana e a ligação com os vizinhos.

---

<sup>9</sup> Esta revisão sobre África do Sul é um amálgama das abordagens de Le Roux(2005), Le Pere(2012), Landsberg(2012), Becker(2013), Alden e Soko(2005) e Buzan;Waever (2003).

O Brasil<sup>10</sup>, independente desde 1822, foi Império (1822-1889), e é uma República localizada na América do Sul. Politicamente, o período republicano brasileiro atravessou transições políticas e regimes ditatoriais, tendo a transição para o atual regime político-democrático ocorrido em 1985. Na República Federativa do Brasil habitam mais de 200 milhões de pessoas. Sua política exterior, até os anos 1930, fora marcada por uma defesa do regime oligárquico agrário exportador. A partir daquele período, teve início um processo de modernização econômica calcada na industrialização por substituição de importações e, em paralelo, a política externa teve momentos de alternância entre busca por mais autonomia e alinhamento vis-à-vis à potência hegemônica, os EUA, sendo a principal função da política exterior a defesa do desenvolvimento. Após um interregno de reformas neoliberais pós-transição do regime autoritário, que perdurara entre 1964-1985, o país também se destacou no cenário internacional, a partir de 2003, com a assunção do governo pelo Partido dos Trabalhadores, por um processo de crescimento econômico com distribuição de renda e discurso protagonista no cenário internacional.

No caso do Brasil, o ambiente regional apresenta-se como relativamente pacífico, desnuclearizado e com baixa possibilidade de ameaças estatais oriundas de vizinhos ao país. A legitimação da política de defesa dá-se, então, uma vez que se trata de um Estado geopoliticamente satisfeito, pelo discurso desenvolvimentista, tão prioritário ao Brasil. Combinado a isso, a estratégia brasileira para liderança regional ainda se coloca de forma relutante, ainda que o Brasil, na América do Sul, obtenha preponderância clara de recursos materiais. Há, ainda, as ambições de ser uma potência global, obstaculizadas pela escassez de capacidades materiais para além da supramencionada preponderância regional.

Do ponto de vista da política de defesa e inserção no ambiente de segurança regional, o Brasil localiza-se numa região com baixo nível de conflituosidade interestatal, e são aspectos marcantes o abandono do projeto nuclear bélico (1990), a criação do Ministério da Defesa (1999), a elaboração de políticas declaratórias de defesa com crescente densidade de formulações, e o apoio a organizações internacionais regionais como Mercado Comum do Sul ou a União de Nações Sulamericanas (em especial para seu componente temático de segurança e defesa, com o Conselho de Defesa Sul-americano).

---

<sup>10</sup> Esta revisão sobre Brasil é um amálgama das abordagens de Lima(2010), Lima e Hirst(2006), Rodriguez (2012), Flemes;Vaz(2011), Cepik(2009) e Amorim(2012).

A República da Índia<sup>11</sup>, local onde habitam mais de 1,2 bilhão de pessoas (WORLD BANK, 2013), é uma ex-colônia inglesa que conquistou sua independência em 1947 depois de um importante movimento nacionalista de libertação cujo princípio fundamental era a não violência, liderada por Mohandas K. Gandhi. Está localizada no Sul da Ásia e é governada por um regime de democracia parlamentar, convivendo, num contexto político e religioso diverso e plural, com, pelo menos, três grandes religiões (Sikh, Hindu e Islã).

Esse Estado, durante o período da Guerra Fria, fazia parte do grupo de países em desenvolvimento que buscava constituir uma alternativa à bipolaridade mundial, o que se chamou de Movimento Não Alinhado. Durante os anos 1990, passou por intensas reformas econômicas, privatizações e investimentos no setor de tecnologia da informação e alguns setores industriais como automobilismo e fármacos, o que lhe garantiu taxas de crescimento vultosas, bem como tornou o país destino de investimentos internacionais.

Geopoliticamente, o caso indiano, exemplo mais extremo de percepção de ameaças – e por isso sua seleção para essa pesquisa –, apresenta-se como um Estado situado num ambiente regional muito conturbado, com instabilidade política de alguns vizinhos. Além disso, o histórico de conflitos e a permanente rivalidade com o Paquistão, bem como a competição estratégica com a China, completam o quadro delicado da segurança regional no subcomplexo sul-asiático. China, Índia e Paquistão possuem armas nucleares, o que atrai a atenção global para quaisquer tensões que surjam. Ameaças não convencionais como insurgentes e ataques terroristas também estão presentes. Completa-se o quadro geral afirmando que, no Estado indiano, elites estratégicas percebem o país como detentor de lugar único no mundo como ator global, mesmo num cenário de precária estabilidade regional.

### **3 As potências regionais África do Sul, Brasil e Índia à luz das capacidades materiais**

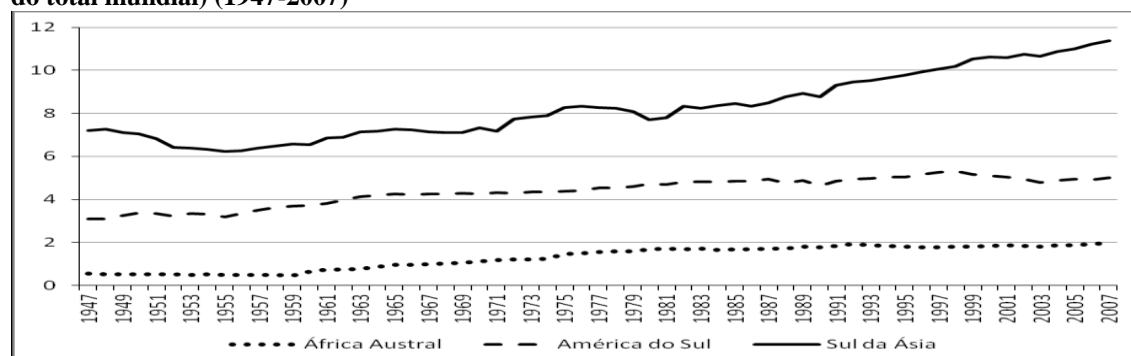
Sobre África do Sul, Brasil e Índia, ao analisar o gráfico 1, é possível inferir que são de Estados, bem como as regiões em que estão inseridos, com reduzidas capacidades

---

<sup>11</sup> Esta revisão sobre Índia é um amálgama das abordagens Ladwig (2010) ; Frey ( 2006); Cohen (2005) ; Cepik;Pitt. (2011) e Gordon ( 2012).

materiais se tomados em comparação com o total global, pois, ainda que com tendência de crescimento, em 2007, representavam, somadas, apenas 20% do total global.

**Gráfico 1 - Capacidades Nacionais (CINC) de Sul da Ásia<sup>12</sup>, América do Sul<sup>13</sup> e África Austral<sup>14</sup>(% do total mundial) (1947-2007)**



Fonte: COW,2010. Elaboração e cálculos próprios.

Trata-se de Estados cujo peso relativo, do ponto de vista das capacidades materiais, está limitado à seara regional, conforme observar-se-á caso a caso, buscando avaliar a polaridade nas regiões.

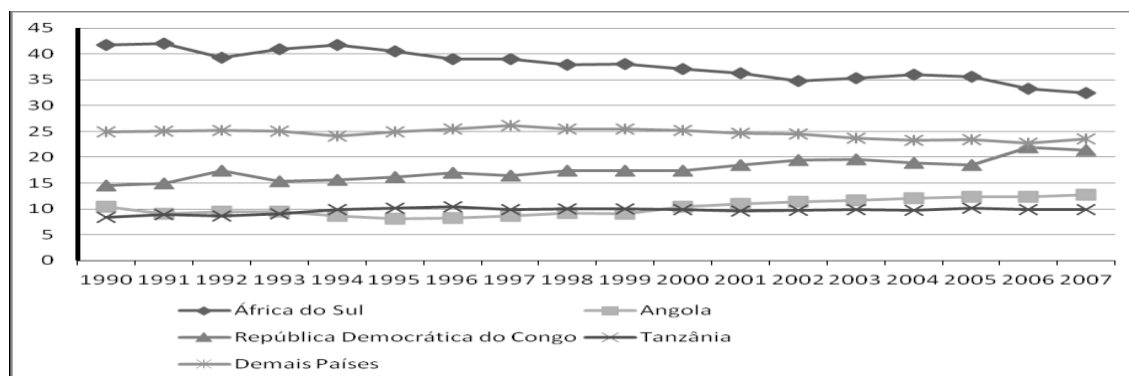
No caso da África Austral, a África do Sul é o Estado detentor de maiores capacidades materiais, oscilando entre 42% em 1991 até 32% em 2007, ano mais recente da base de dados, conforme o gráfico 2. Trata-se de um cenário de declínio relativo deste país, tomado o indicador do CINC.

**Gráfico 2 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na África Austral (% do total da região)**

<sup>12</sup> Neste artigo, para os cálculos relativos ao Sul da Ásia, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka

<sup>13</sup> Neste artigo, para os cálculos relativos à América do Sul, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

<sup>14</sup> Neste artigo, para os cálculos relativos à África Austral, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.



Fonte: COW,2010. Elaboração e cálculos próprios.

Estados como Angola, República Democrática do Congo e Tanzânia atingem valores consideráveis para aquela região o que levaria ao diagnóstico de que não há unipolaridade em favor da África do Sul na África Austral. Entretanto, os gráficos 6 e 7 (nos anexos) corroboram a hipótese de que a África do Sul é o Estado preponderante naquela região. A África do Sul chegou a apresentar 60,5% do gasto militar em 2002, quando Angola, segundo maior investimento militar da região, apresentou, para o mesmo ano, 21,8%. Já para o ano de 2012, medida mais recente, a África do Sul apresentou gasto militar de 43,5% da região enquanto Angola apresentou 34,8%. As médias para o período analisado foram, para a África do Sul, de 48,9% (desvio-padrão = 5,80) e para Angola, 31,6% (desvio-padrão = 5,32), com esta apresentando uma tendência de alta<sup>15</sup>.

De forma complementar, a análise da distribuição dos PIBs na África Austral sustenta a hipótese apresentada no seção de o poderio sul-africano ser calcado numa considerável assimetria de recursos econômicos. O valor mais alto encontrado para a África do Sul foi de 75,6% para 1996, e o mais baixo foi em 2008, 58,4%, sendo o valor mais recente (2012) de 59,1%. Angola apresenta uma tendência de crescimento relativo de seu PIB na região, mas os valores não superam 16%. Os valores médios encontrados entre 1990 e 2012 foram, no caso da África do Sul, de 67,6% (desvio-padrão = 4,86) e de Angola, 7,8% (desvio-padrão = 5,35).

Para a América do Sul, o cenário de unipolaridade fica mais claro que o caso sul-africano, já observando o gráfico 3, que lista o CINC dos Estados em relação ao total

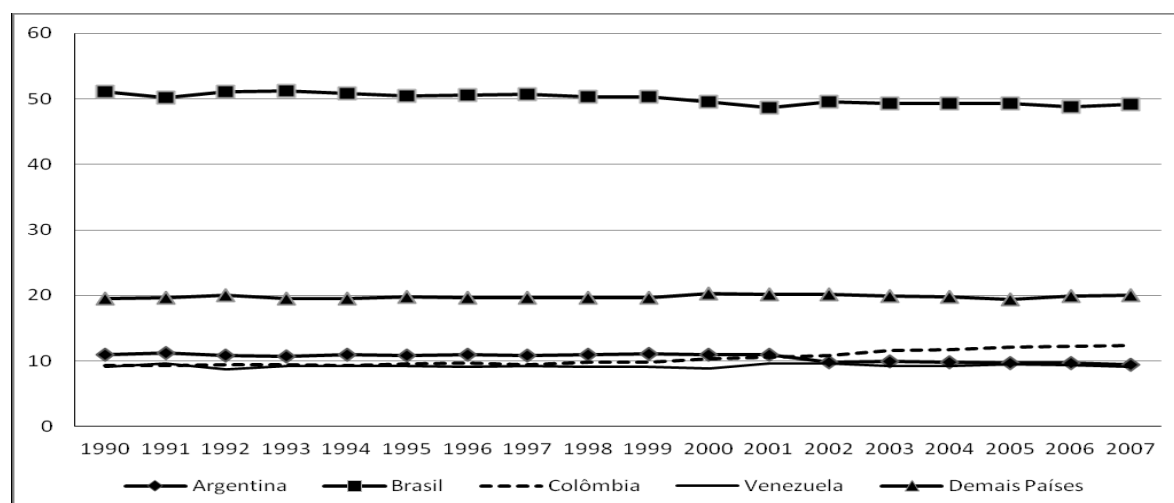
<sup>15</sup> Uma hipótese, não testada neste artigo, para esta alta nos gastos militares, bem como a manutenção de elevado efetivo militar, estar relacionada à manutenção de prerrogativas políticas pelas forças armadas angolanas, terminada a guerra civil que assolou o país entre 1975 e 2002. Além disso, os investimentos estão garantidos pela receita do petróleo daquele país.



regional. O Brasil, no pico observado, em 1993, apresentou 51,1% das capacidades da região e, no ponto mais baixo da distribuição, apresentou 48,6%, tendo, em média para o período entre 1990 e 2007, 50% (desvio-padrão = 0,82) das capacidades nacionais para a América do Sul.

No complexo sul-americano, a observação para o período analisado, para além da unipolaridade brasileira, também permite constatar o declínio relativo da Argentina, justificável pelo malogro de sua economia em função dos efeitos das crises econômicas internacionais e consequências das políticas econômicas neoliberais; bem como o ascenso relativo da Colômbia a partir dos anos 2000, mormente explicados por algum sucesso no campo econômico, combinado a um massivo plano de ajuda militar estadunidense para o combate ao narcotráfico naquele país.

**Gráfico 3 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na América do Sul (% do total da região)**



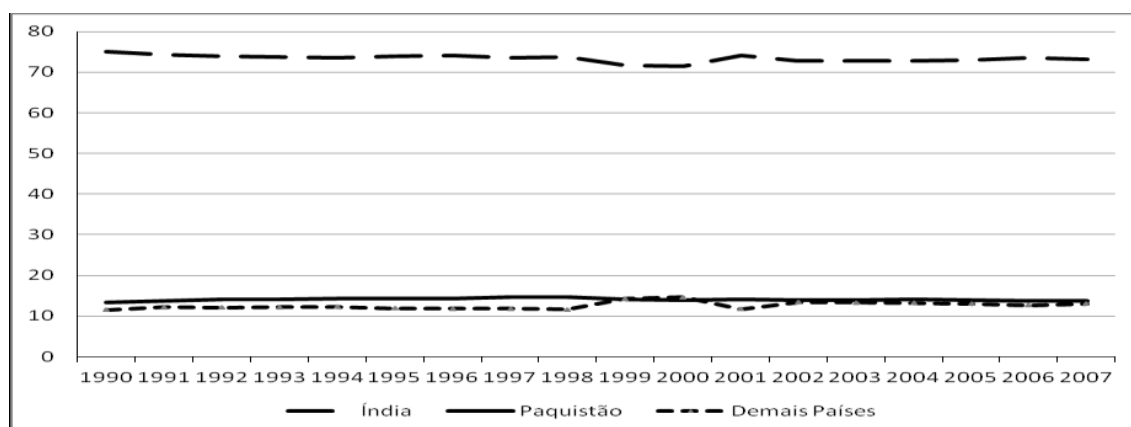
Fonte: COW, 2010. Elaboração e cálculos próprios.

Quanto aos gastos militares e PIB (gráficos 8 e 9 nos anexos), a observação de unipolaridade feita com o CINC se robustece. Em média, para o período entre 1992 e 2012, o Brasil apresenta, em média, 55,7% (desvio-padrão = 3,20) dos gastos militares na América do Sul, tendo como valor mais alto 2002 (62,5%) e mais baixo 1992 (47,6%). A Colômbia ocupa a segunda posição para gastos militares percentuais, com média de 15,2% (desvio-padrão = 2,32) para o período em questão. Ao observar a distribuição percentual do PIB na região, a média alcançada pelo Brasil, entre 1990 e 2012, é de 52,6% (desvio-padrão = 4,11), com distribuição oscilando entre 44,6% (2001) e 58,8% (2011). O declínio econômico argentino já mencionado aparece de forma gráfica no

gráfico 9 nos anexos, já que, em 1992, a Argentina apresentava 26,6% do PIB da América do Sul, passando por um sustentado descenso até 11,3% em 2012.

O Sul da Ásia apresenta maior unipolaridade em favor da Índia, se observadas as Capacidades Nacionais (gráfico 4), em comparação aos casos anteriormente abordados. A média revelada para Índia no período de 1990 a 2007 é de 73,3% (desvio-padrão = 0,66), enquanto que, para o Paquistão, Estado com o qual mantém rivalidade militar histórica, conforme mencionado na seção II, os valores são, em média, de 14% (desvio-padrão = 0,23) para o mesmo período.

**Gráfico 4 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) no Sul da Ásia (% do total da região)**



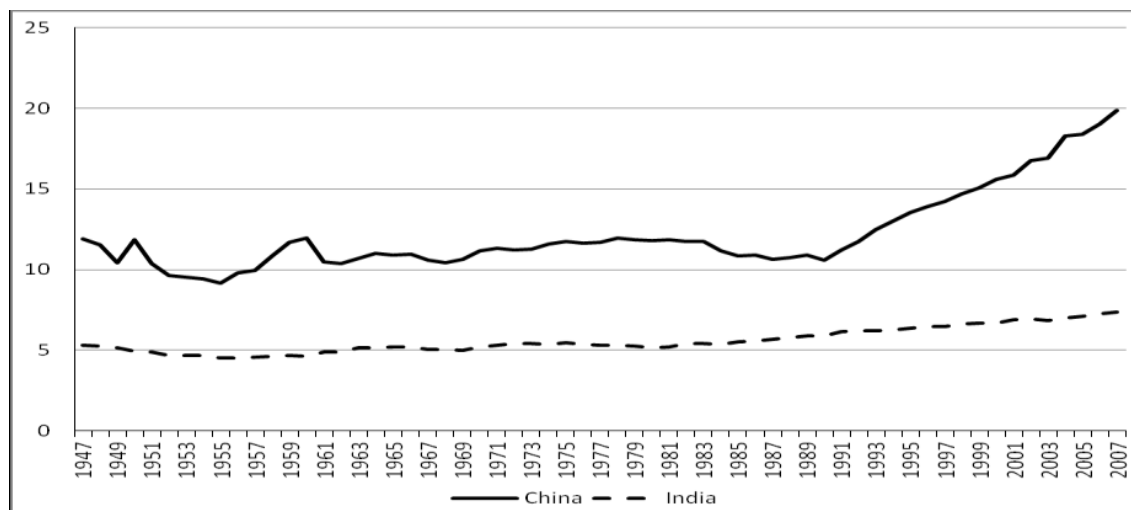
Fonte: COW,2010. Elaboração e cálculos próprios.

As assimetrias também se sustentam quando analisados, em separado, gastos militares e Produto Interno Bruto (gráficos 10 e 11 dos anexos). Para os gastos militares, tomado o período de 1998 (ano dos testes nucleares) a 2012, a média encontrada para a Índia é de 79,96% (desvio-padrão = 1,78) da região do Sul da Ásia, enquanto o Paquistão apresenta um valor médio de 13,7% (desvio-padrão = 1,68). Já quanto aos valores para o PIB, a média da porcentagem para a Índia, entre 1990 e 2012, é de 78,07% (desvio-padrão = 2,35), e para o Paquistão, 10,75 % (desvio-padrão = 1,22).

A ressalva a ser feita no caso indiano é que, apesar de o Estado preponderar em capacidades materiais de forma muito maior do que os outros dois casos analisados, seu principal rival regional, o Paquistão, também possui armas nucleares, o que torna a região palco de tensões mais intensas. Além disso, um ator limítrofe ao Sul da Ásia e com rivalidades históricas com a Índia é a China, e esta historicamente prepondera em capacidades materiais, conforme é possível observar no gráfico 5. O processo de

ascensão relativa da China a partir de 1989 é vertiginoso, em função da elevada produção industrial, bem como alto investimento no setor de defesa.

**Gráfico 5 - Capacidades Nacionais (CINC) de China e Índia (% do total mundial) (1947-2007)**



Fonte: COW,2010. Elaboração e cálculos próprios.

Concluindo a análise dos dados sobre capacidades materiais, é possível afirmar que os três Estados estudados, África do Sul, Brasil e Índia, são preponderantes, do ponto de vista dos indicadores analisados, seja observando a variável agregada CINC, seja, conforme os gráficos nos anexos, observando em separado o percentual de gastos militares e PIB das regiões em que estão inseridos. Algumas distinções comparativas podem ser feitas nessa seara. No caso de Brasil e África do Sul, são Estados com limitadas capacidades militares *vis-à-vis* à Índia. A Índia é uma potência nuclear, o que lhe confere *status* internacional privilegiado, o que não vem acompanhado, ainda que haja notável preponderância de recursos a seu favor, no Sul da Ásia, de um ambiente de estabilidade regional. O cenário de rivalidades naquela região é o mais intenso dos três casos.

No caso da África do Sul, a preponderância de capacidades alcançada é mais solidamente calcada na assimetria de recursos econômicos do que nos gastos militares, ainda que os valores obtidos sejam superiores aos percentuais encontrados na região para ambas as variáveis. Trata-se também, no universo das três regiões analisadas, da região mais carente de capacidades materiais. A preponderância brasileira, por sua vez, é observada com clareza, seja analisando gastos militares, PIB ou CINC, uma variável agregada.

Os gráficos que constam dos anexos demonstram claramente o ponto de os Estados em questão preponderarem em capacidades em suas respectivas regiões. Os gráficos 6 e 7, sobre a África do Sul em sua região, evidenciam que, do ponto de vista das capacidades materiais – seja observando o PIB ou o CINC –, a África Austral se constitui num subcomplexo de ordem unipolar e com enorme assimetria de recursos econômicos em favor da África do Sul, como a literatura hipotetizava. Já os gráficos 8 e 9, sobre o Brasil, demonstram que este Estado possui também preponderância, seja quando analisamos a razão entre seu PIB e o da região, seja quando tomamos o indicador agregado do CINC. Os gráficos 10 e 11 nos anexos também corroboram a hipótese de preponderância da Índia no Sul da Ásia, com a necessária ressalva de que o Paquistão é uma potência nuclear, bem como a China, limítrofe à Índia.

#### **Quadro 2 - Complexos Regionais de Segurança comparados**

	<b>Sul da Ásia</b>	<b>África Austral</b>	<b>América do Sul</b>
<b>Princípio ordenador</b>	Anarquia	Anarquia	Anarquia
<b>Distribuição de Capacidades (Polaridade)</b>	Bipolar	Unipolar	Unipolar <sup>16</sup>
<b>Grau de Polarização (1991-2013)</b>	Alto	Médio	Baixo

Fonte: Elaboração própria

Os três casos são, nos termos do instrumental teórico apresentado na seção I, potências regionais preponderantes do ponto de vista das capacidades materiais. O que se objetivou realizar nesta seção foi traçar, à luz dos dados quantitativos coletados, as condições estruturais dos casos em suas respectivas regiões, bem como no quadro do Sistema Internacional de forma mais ampla. Os traços estruturais demonstrados pelos dados em tela, entretanto, não são suficientes para traçar um panorama sobre a percepção de ameaça em potências regionais, funcionando como um recurso analítico para observar a polaridade (distribuição de poder) nas regiões, conforme o quadro 2.

#### **4 Análise das políticas declaratórias de defesa de Brasil, Índia e África do Sul**

<sup>16</sup> Aqui, consideramos a distribuição de poder de forma diversa a Cepik (2009). Conforme se observou pelo diagnóstico de capacidades materiais, fica clara a distribuição unipolar na região da América do Sul.

#### 4.1 Percepções sobre Segurança Regional

Do ponto de vista da agenda de Segurança Regional pensada pelo Estado sul-africano, problemas regionais e domésticos são intimamente relacionados. Ocorre, no documento, uma associação logico-discursiva entre integração regional, desenvolvimento, segurança doméstica e segurança regional:

Regional and continental socio-economic integration is the foundation for Africa's socio-economic development, and essential for South Africa's own prosperity. [...]South Africa's national security strategy, foreign policy and defence policy cannot be viewed in isolation from one another. South Africa's domestic security is further inextricably linked to that of regional security, and vice versa (...) (SOUTH AFRICA, 2013, introduction p.7).

No caso da África do Sul, o diagnóstico sobre não-percepção de ameaças externas estatais na África Austral é similar ao caso brasileiro, uma vez que também se trata de uma região cuja distribuição de capacidades é unipolar a seu favor. Entretanto, o documento afirma que questões não-militares são os principais fatores de insegurança naquele país, que segurança não é uma questão somente da ausência de guerra, e importam a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e governança democrática, sendo que, num contexto de ameaças transnacionais, somente a ação colaborativa multilateral pode solucionar esses dilemas de segurança (SOUTH AFRICA, 2013, cap2 – p.18). A percepção de ameaças, analisada a política declaratória quanto às perspectivas sobre a segurança regional, apresenta um escopo amplo. Aspectos doméstico e externo se separam de forma muito tênue, e a perspectiva da segurança humana, atrelada a de Estado desenvolvimentista, faz com que a gama de tarefas atribuídas ao instrumento da defesa seja muito mais ampla, sendo prioritário o apoio às atividades de segurança humana.

A América do Sul apresenta distribuição unipolar de capacidades e baixo perfil de conflitos estatais. Do ponto de vista da segurança regional, a percepção de ameaças do Estado brasileiro, evidenciada pela análise da política declaratória é que este Estado não percebe ameaças externas. Ainda assim, predomina o preparo para combater ameaças tracionais, ou seja, conflitos interestatais, permanecendo a força de defesa com as chamadas funções clássicas (BRASIL, 2012, p.28). Cabe destacar um trecho no qual associa de forma mais clara a importância da estabilidade da região sul-americana e o

papel do Brasil como líder regional na construção de um continente com poucos conflitos interestatais:

[...] A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. Do mesmo modo, a consolidação de um mercado sul-americano e o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos nos fóruns internacionais dependem da continuidade e do fortalecimento de relações amistosas entre os países da região [...] A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional [...] (BRASIL, 2012, p.34)

A estratégia é, pois, voltada ao combate a ameaças estatais clássicas, e, como não há ameaças externas declaradas, utiliza-se a justificativa de mitigar as vulnerabilidades. O Brasil adota, assim, um paradigma cooperativo para a América do Sul (e região estendida, com Atlântico Sul e Costa Ocidental da África) e dissuasório para o exterior à região.

Do ponto de vista da segurança regional, é possível afirmar, para o caso indiano que, quando maior a proximidade, mais conturbada ou não construtiva é a relação da Índia com seus vizinhos. A análise da história da Índia nos últimos 50 anos, bem como a dos Relatórios Anuais de seu Ministério da Defesa permite inferir que as relações da Índia com seus vizinhos imediatos são bastante frágeis. No Sul da Ásia não se construiu um ambiente de segurança sólido, e a região é encarada pelo Estado indiano como um obstáculo às suas aspirações de ser uma potência global.

A agenda de segurança da Índia, ainda que o Paquistão permaneça sendo uma preocupação fundamental (ÍNDIA, 2012, p.5), foi se transformando no sentido de abarcar, diante da leitura da instabilidade regional e da nova agenda de segurança internacional, um escopo diverso de ameaças, como no seguinte trecho, do relatório de 2011:

Even though the probability of conventional full scale inter-state wars is reckoned by many analysts to have reduced, the security environment has become complex, with incidence of low intensity conflicts and asymmetric threats taking various forms, including domestic and trans-national terrorism, narco-terrorism, cyber warfare and piracy (INDIA, 2011, p.3)

O quadro 3 realiza uma aproximação do material empírico com os termos propostos pela Escola de Copenhague. Do ponto de vista do objeto de referência,

elemento que deve ser protegido dentro de um processo de securitização, os três casos apresentam diferenças. No caso da África do Sul, é o bem-estar de sua população o principal objeto de referência; quanto ao Brasil, é o seu desenvolvimento econômico – e o transbordamento deste para uma melhoria nas condições de vida da população –, e, no caso da Índia, o objeto de referência é a segurança do Estado, pois é esta a condição necessária, seja para assegurar a vida dos indianos, seja para que o país se desenvolva.

**Quadro 3 - Aplicação do instrumental teórico da Escola de Copenhague aos casos: a percepção de ameaças**

	<b>África do Sul</b>	<b>Brasil</b>	<b>Índia</b>
<b>Objeto de Referência</b> ( <i>Referent Object</i> ) <sup>17</sup>	A população da África do Sul	Desenvolvimento do Brasil, gerando melhores condições para a população	O Estado Indiano que deve proteger a população
<b>Ator de Securitização</b> ( <i>Securitizing Actor</i> ) <sup>18</sup>	Estado sul-africano	Estado brasileiro	Estado indiano
<b>Ameaças oriundas da região</b>	Não estatal - criminalidade, epidemias, migração forçada, violações aos direitos humanos, pobreza	Estatal - sem ameaças declaradas. Ameaça potencial é ter os recursos para o desenvolvimento não garantidos e possível intervenção de grandes potências externas à América do Sul	Estatal - vizinhança, com China e Paquistão; não estatal com terrorismo, falta de energia
<b>Ação recomendada pelo Estado</b>	Tarefas da defesa são as mais diversas e as prioridades estão no apoio à segurança humana	Estratégia de combate a ameaças estatais clássicas, mitigação das vulnerabilidades. Adoção de paradigma cooperativo para a América do Sul e região ampliada e dissuasório para o exterior à região	Exército muito operacional, numeroso e com largos investimentos para o combate ao amplo espectro de ameaças. Função da Segurança Interna elevada à prioridade, para combate ao terrorismo

Fonte: Elaboração própria.

<sup>17</sup> Objeto existencialmente ameaçado.

<sup>18</sup> Aquele que eleva a questão de segurança ao debate, declarando que o Objeto de Referência está ameaçado.

Dado que as políticas declaratórias de defesa foram as fontes para a análise da percepção de ameaças das potências regionais em questão, os atores de securitização, naqueles documentos, são os próprios governos de África do Sul, Brasil e Índia. A distinção a ser feita é que, no caso da África do Sul, a *Defence Review* 2013 é resultado de um processo, ainda em andamento, de formulação da estratégia de defesa dentro do Departamento de Defesa. Já no caso do Brasil, o *Livro Branco da Defesa Nacional*, de 2012, foi elaborado por membros do Ministério da Defesa, em conjunto com acadêmicos e políticos, ocorrendo seminários regionais de apresentação de ideias e tendo sido o texto ratificado pelo Congresso Nacional. Os relatórios anuais de defesa indianos, de caráter mais técnico e militar, são produzidos pelo Ministério da Defesa daquele país.

As respectivas regiões são percebidas pelos casos estudados de forma diferente. Objetivou-se, para a elaboração do quadro-síntese, separar os componentes estatal e não estatal da percepção de ameaças oriundas das regiões. No caso da África do Sul, as ameaças principais são de ordem não estatal e envolvem perfil reduzido de violência armada por parte do Estado: epidemias, migração forçada, violações aos direitos humanos, pobreza são percebidas como ameaça dentro da concepção de Segurança Humana, tônica da política de defesa da África do Sul. Quanto ao Brasil, o documento declara que o país não apresenta ameaças declaradas; entretanto, a agenda prioritária de defesa é para combate às ameaças estatais. A ameaça em potencial, para o Brasil, é ter os recursos para o desenvolvimento não garantidos e possível intervenção de grandes potências externas à América do Sul. Já o caso da Índia se apresenta como aquele com percepção de ameaças mais intensas. Do ponto de vista estatal, a rivalidade estratégica com China e Paquistão, duas potências nucleares; do ponto de vista não estatal, o foco atribuído ao combate ao terrorismo no pós 11 de setembro, a falta de energia para assegurar o crescimento econômico (como componente discursivo residual) e, mais recentemente, o combate à pirataria.

De forma complementar ao quadro 3, o quadro 4 sintetiza a posição das políticas declaratórias sobre as inserções regional e global. Os Estados analisados se comportam discursivamente de forma diferente quanto às suas inserções em suas respectivas regiões, bem como percebem de forma distinta o papel das regiões na consecução de seus objetivos estratégicos na política externa.



**Quadro 4 - Percepções sobre inserções regional e global**

	<b>África do Sul</b>	<b>Brasil</b>	<b>Índia</b>
<b>Visão de inserção no mundo</b>	Potência regional	Potência regional com aspirações globais	Potência global
<b>Visão sobre a segurança da região</b>	Estabilidade sendo construída com a liderança da África do Sul	Estável, pacífica, com a qual o Brasil deve contribuir	Instável, necessária estabilidade
<b>Visão da região para consecução de objetivos estratégicos</b>	Construtiva, meio e finalidade das ambições externas da África do Sul	Construtiva, também como elemento para realização de suas aspirações globais	Destrutiva, um fardo, dado o isolamento cultural da Índia

Fonte: Elaboração própria.

É possível afirmar que a região é observada pela África do Sul finalidade e instrumento de seus objetivos externos, dado que a solução para as ameaças percebidas neste caso se dá pela adoção de uma perspectiva desenvolvimentista para a Defesa, adoção de multilateralismo para condução da política regional (uma vez que os problemas enfrentados são comuns aos Estados da África Austral) e assumindo a postura de líder regional. A África do Sul se considera uma potência regional, inserida numa região que é tomada como construtiva para os objetivos externos daquele país. A estabilidade da região do sul da África é construída através da liderança sul-africana, e aquela região é meio e fim das prioridades desenvolvimentistas da África do Sul.

Já a agenda brasileira demonstrada no *Livro Branco de Defesa* nacional permite inferir que este Estado se considera uma potência regional que, conjuntamente, está a caminho de se tornar mais relevante no cenário global. A região da América do Sul é vista de forma construtiva, uma espécie de meio para obtenção do *status* de potência global. Assim sendo, o discurso é da necessidade de uma América do Sul estável, pacífica, com a qual o Brasil deve contribuir colaborando para a geração de desenvolvimento da região e apoiando iniciativas de integração regional.

A Índia, conforme relatórios anuais de seu Ministério da Defesa, tem o objetivo estratégico de se tornar uma potência global. Entretanto, de forma diferente de Brasil e

África do Sul, percebe o ambiente da segurança regional como instável e nocivo aos interesses indianos, razão pela qual todos os esforços de estabilização devem ser tomados, inclusive com aproximação com atores externos à região, como Estados Unidos ou Rússia. As prioridades indianas, sem que ameaças estatais externas deixassem de ser percebidas, se voltaram em grande medida para o combate ao terrorismo e à insurgência, coerente com um processo de alinhamento com a política externa estadunidense pós 11/09 e com a busca de se afastar das possíveis represálias internacionais pelos testes nucleares de 1998.

Num cenário de percepção de ameaças intenso e variado, a função das forças armadas é a de combate às ameaças estatais e também de segurança interna. É no relatório de 2009 que se consolida a percepção que novas agendas de segurança estão sendo incorporadas. Além disso, está impressa, de forma mais clara textualmente, a leitura de que a Índia se situa numa região instável, mas, possuindo destino a ser cumprido enquanto ator importante globalmente, é necessário tornar estável o sul da Ásia. A Índia, conforme documentos, concebe-se enquanto uma civilização completamente diferente do restante do Sul da Ásia, daqueles vizinhos que a cercam, como um bastião de democracia, estabilidade e crescimento econômico (INDIA, 2009, p.2) em meio a um cenário de instabilidade e terrorismo. A segurança interna ganhou destaque na política de defesa pós 11 de setembro e esforços de colaboração com a Guerra Global ao Terrorismo (em inglês GWOT) estadunidense foram concomitantes à aceitação internacional da Índia enquanto Estado legitimamente detentor de armas nucleares.

#### 4.2 Nexo entre Segurança e Desenvolvimento

Os Estados analisados diferem quanto à combinação lógico-discursiva de segurança e desenvolvimento, conforme se evidencia pelo quadro 5.

**Quadro 5 – Percepções nexos entre segurança e desenvolvimento**

	África do Sul	Brasil	Índia
<b>Nexo entre segurança e desenvolvimento?</b>	Sim	Sim	Não, apenas de forma residual

<b>Frase-síntese do nexó entre segurança e desenvolvimento</b>	O desenvolvimento é responsável pela criação da segurança	Segurança deve proteger o desenvolvimento, prioridade do Brasil, seja guardando seus recursos naturais, seja cooperando com a vizinhança, seja dissuadindo agressões externas	Segurança é necessária para o desenvolvimento. Não adianta querer desenvolvimento sem que haja o combate às ameaças estatais e não estatais
--	---	---	---

Fonte: Elaboração própria.

No caso da África do Sul, o referido nexó se verifica, mas de forma distinta ao caso brasileiro. Dirigida pelo governo, a força de defesa deve contribuir para o desenvolvimento primariamente gerando as condições necessárias para que este ocorra ou também em intervenções mais tópicas (SOUTH AFRICA, 2013, p.10). O capítulo que trata especificamente das tarefas de desenvolvimento na política de defesa enquadra tais tarefas reafirmando, retoricamente, que a principal função da força de defesa é a dissuasão, mas que não há prejuízo para esta se os demais papéis sociais lhe forem atribuídos (SOUTH AFRICA, 2013, cap9, p13).

Ou seja, além do argumento de que, sem segurança não há desenvolvimento e que a defesa contribui para geração de estabilidade, há um conjunto de ações elencadas pelo documento a serem tomadas pelas forças de defesa na tarefa de também ajudar a alavancar o desenvolvimento, contribuindo diretamente para esta tarefa (SOUTH AFRICA, 2013, cap. 9, p. 13). Trata-se, pois, de reafirmar que há duas tarefas para a força de Defesa: a clássica, de dissuasão de ameaças estatais externas, e aquela voltada para o desenvolvimento.

A África do Sul, em função do enfoque dado à Segurança Humana, tem no desenvolvimento sua prioridade política, sendo o termo “Estado Desenvolvimentista” (*Developmental State*) uma constante nas construções lógicas do documento analisado. A defesa opera em função de tal prioridade, sendo empregada nas tarefas voltadas para o desenvolvimento, incluindo temas como epidemias, combate ao crime, refugiados, e pobreza. Assim, o intenso nexó entre segurança e desenvolvimento, no caso da África do Sul, pode ser resumido pela frase: O desenvolvimento é responsável pela criação da segurança. O contexto regional apresenta uma série de desafios com os quais as forças

armadas são elencadas pela *Defence Review 2013* para lidar, como a questão dos refugiados, com a pobreza, a saúde pública etc.

O caso brasileiro também apresenta associação discursiva entre segurança e desenvolvimento, mas de forma diferente do caso sul-africano. No Brasil, a legitimação da política de defesa pelo discurso desenvolvimentista se dá pela ideia de que o desenvolvimento do Brasil deve ser protegido, seja de ameaças externas à região da América do Sul ou região estendida, seja na salvaguarda de seus recursos naturais e matérias primas para a produção. O nexos discursivo entre segurança e desenvolvimento existe, no caso brasileiro pela seguinte lógica: ascensão político-econômica somada às riquezas naturais e patrimônio nacional deve ser resguardada pelo instrumento da defesa nacional e pela ação externa do Brasil. São estes os garantidores do desenvolvimento nacional, como pré-condições. Em função de um contexto regional no qual são interpretadas como remotas as possibilidades de ameaças estatais externas ao Brasil e não interpretação, como no caso sul-africano, de temáticas de Segurança Humana como pertencentes às prioridades da defesa, a segurança deve proteger o desenvolvimento, a prioridade do Brasil, seja guardando seus recursos naturais, seja cooperando com a vizinhança, seja dissuadindo possíveis agressões externas (sendo esta a defesa externa o foco discursivo da política de defesa), conforme o fragmento abaixo:

Uma das atribuições do estado é prover a segurança e a defesa necessárias para que a sociedade possa alcançar os seus objetivos. Cabe ao estado propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, dedicar-se ao próprio desenvolvimento e ao progresso. (BRASIL, 2012, p.22)

O processo iniciado com a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e continuado pelo Livro Branco da Defesa Nacional (2012) é aquele da criação de uma *constituency* na área de defesa, esclarecendo a sociedade da importância de um sistema de defesa operacional e crível, baseado na solução de vulnerabilidades e não na existência de ameaças externas declaradas. Trata-se de um processo, ainda em curso, cujo objetivo é que a política de defesa legitime-se a si mesma.

O caso da Índia apresenta nexos entre segurança e desenvolvimento de forma residual, mormente observado quanto à questão da segurança energética (ÍNDIA, 2001, p.16) e de medidas alternativas para lidar com a insurgência naxalita (ÍNDIA, 2008, p. 5).

A política de defesa indiana apresenta-se, então, como aquela de uma potência militar tradicional. A política de defesa da Índia, em função do intenso e diverso perfil de ameaças na região do Sul da Ásia, é mais voltada para mitigar aquelas ameaças, sejam estatais ou não. A segurança é necessária para o desenvolvimento, não adiantando a busca deste sem aquela.

### **Considerações Finais**

É possível afirmar que as hipóteses centrais desta pesquisa se sustentam. A análise dos dados demonstrou que os três casos são preponderantes em suas regiões, do ponto de vista das capacidades materiais. A unipolaridade é mais clara em favor do Brasil na América do Sul; a África do Sul também é preponderante, mas os gastos militares de Angola cresceram rapidamente nos últimos anos, fazendo com que a preponderância sul-africana seja calcada na assimetria de recursos econômicos; no Sul da Ásia, a Índia é largamente preponderante em capacidades materiais, mas a necessária ressalva é que o Paquistão, país com o qual mantém histórico de conflitos, e a China, são potências nucleares.

Além disso, evidenciou-se, pela análise qualitativa, que a hipótese que as percepções de ameaça são determinadas pela leitura do contexto regional em que os Estados se inserem se sustenta, já que as diferenças de percepção entre os três casos ocorrem devido às leituras da região como mais ou menos conflitiva.

A análise dos documentos declaratórios sob os parâmetros adotados pode ser, assim, sumarizada. A África do Sul tem, na região, meio e finalidade de seus objetivos estratégicos apresentando, em função do cenário de segurança regional, uma percepção de ameaças difusa, em que estão, na agenda de segurança, questões como epidemias, refugiados e mesmo o combate à pobreza, aparecendo a função da defesa intrinsecamente ligada ao discurso desenvolvimentista.

O Brasil não apresenta, em seu documento declaratório, ameaças externas declaradas, adotando a ideia de defesa por mitigação das possíveis vulnerabilidades e argumentando por uma política de cooperação para a região (América do Sul e costa ocidental da África) e dissuasão para possíveis intervenções de potências externas, com uma lógica de associação da segurança ao desenvolvimento em que esta é necessária para a proteção dos recursos naturais que gerariam aquele.

Já a Índia apresentou-se como o caso em que as percepções sobre a região é mais negativa: localizar-se próximo a estados frágeis como Bangladesh e Mianmar e a rivais como Paquistão e China atrapalharia uma ascensão indiana ao *status* de potência global. A junção lógico-discursiva entre segurança e desenvolvimento, para este caso, é residual.

Para fins de apontar caminhos para investigações futuras, tecem-se algumas considerações sobre a missão atribuída às forças armadas nos casos em estudo, verificadas percepções sobre segurança regional e nexos entre segurança e desenvolvimento. Na África do Sul, o papel das forças armadas na política declaratória é o de auxiliar o desenvolvimento econômico de todas as formas necessárias, ocupando diversas funções como ajuda humanitária e mesmo tarefas de combate às epidemias e segurança pública. No Brasil, ainda que os documentos afirmem que o país não percebe ameaças externas, a missão principal das forças armadas é o combate a estas, sendo as outras tarefas função subsidiária. A Índia apresenta um processo de mudança doutrinária nas forças armadas: eram voltadas para o combate às ameaças externas estatais e adotaram fortemente o componente da segurança interna e combate ao terrorismo, na esteira do contexto pós-11 de setembro, visando à legitimação de seu projeto nuclear bélico.

## Referências

- ACÁCIO, Igor Daniel Palhares. **Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALDEN, Chris; SOKO, Milis. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. **Journal of Modern African Studies**, v. 3, n. 43, p.367-392, 2005.
- ALVES ; Vágner, HEYE, Thomas. Tamanho é documento: o Brasil e o equilíbrio de poder na América do Sul. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, p.1-13, ago. 2008.
- AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.
- AMORIM, Celso. A Política de Defesa de um País Pacífico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.7-15, jun. 2012.
- BECKER, Derick. South African Foreign Policy: Power and Post-Apartheid Identity. In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp. 246-264.
- BRASIL. Ministério da Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N° 5484, de 30 de Junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Paz, segurança para o Brasil. 2ªEd. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- BUZAN, Barry ; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- BUZAN, Barry. The Inaugural Kenneth N. Waltz Annual Lecture: A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. **International Relations**, v. 1, n. 25, p.3-25, 2011.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London: Lynne Rienner, 1998
- CASTELLANO DA SILVA, Igor . **Southern Africa Regional Security Complex: The emergence of bipolarity?**. Occasional Paper No.15. 1. ed. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2012.
- CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Segurança nacional e cooperação sul-sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Regina Soares de ; HIRST, Monica. **Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. pp. 63-118.
- CEPIK, Marco; PITT, Rômulo. A Índia e a Segurança Regional após Abbottabad. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p.33-48, jun-jul. 2011.
- COHEN, Stephen Philip. India, Pakistan and Kashmir. In: GANGULY, Sumit. **India as an Emerging Power**. London: Frank Cass, 2005. Cap. 3, p. 30-57.
- COW. Correlates Of War Project. **National Material Capabilities Data Documentation: Version 4.0**. Michigan: University Of Michigan, 2010.
- DESTRADE, Destradi. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review of International Studies**, 36, pp 903-930, 2010.
- FLEMES, Daniel ; VAZ, Alcides Costa. : Security Policies of India, Brazil and South Africa – Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. **GIGA Working Paper Series**. February, 2011.
- FREY, Karsten. Power, interests, and India's nuclear Policy e The China factor In India's strategic thinking. In: FREY, Karsten .**Indias's Nuclear Bomb and National Security**. New York: Routledge. pp. 1-27 e p.111-121, 2006
- GORDON, Sandy. India's rise as an Asia-Pacific power: Rhetoric and reality. *Strategic Insights*, Camberra, n. 58, p.1-31, maio 2012.
- HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial.**Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 17, p.23-59, 1995.
- HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, v. 1, n. 83, p.127-146, 2007.
- ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2001**. Nova Delhi, 2001. p.1-16.
- \_\_\_\_\_.**Annual Report 2007-2008**. Nova Delhi, 2008.
- \_\_\_\_\_.**Annual Report 2008-2009**. Nova Delhi, 2009.
- \_\_\_\_\_.**Annual Report 2013-2013**. Nova Delhi, 2013.
- LADWIG, Walter C.. India and the Balance of Power in the Asia-Pacific. **Joint Force Quaterly** , n. 57, p.111-119, 2010.
- LANDSBERG, Chris. A política externa do governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação. **Conjuntura Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** – v1, nº1. Jan/Jun. 2012. pp. 79-108
- LE PERE, Garth. A Política Externa Pós-Apartheid da África do Sul: O Passado como Prólogo. **Vozes do Sul e Agenda Global: África do Sul, Brasil e Índia**. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.pp.90-123.
- LE ROUX, Len. The post-Apartheid South African military: Transforming with the nation. *Evolutions & Revolutions*. **Institute for Security Studies (ISS), Pretoria, South Africa**, 2005. pp.235-268
- LIMA, Maria Regina Soares de ; HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional Power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, 82, 1 2006, pp. 21-40
- \_\_\_\_\_. Diplomacia, Defesa e Definição Política dos Objetivos Nacionais: O Caso Brasileiro. In: JOBIM, Nelson; Etchegoyen Sérgio; ALSINA, João Paulo (Org.). **Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras**. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. pp. 401-418.
- \_\_\_\_\_. Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. **Lua Nova** (Impresso), v. 90, p. 167-201, 2013.
- NOLTE, Detlef. How to Compare Regional Powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, v. 36, p.881-901, 2010.
- REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista ofensiva**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n.2. 2012.pp.70-89

SINGER, J. David; BREMER, Stuart; STUCKEY, John. Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820-1965. In: RUSSETT, Bruce. *Peace, War, and Numbers*. Beverly Hills: Sage, 1972. p. 19-48.

SIPPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Yearbook 2012: Armaments, Disarmament and International Security**. Summary.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Military Expenditure Database**. 2013.

SOUTH AFRICA. **South African Defence Review 2013**. Pretória, 2013.

STEWART-INGERSOLL, Robert ; FRAZIER, Derrick. **Regional Powers and Security Orders: A Theoretical Framework**. London, Routledge Global Security Studies, 2011.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Mudança na polaridade na América do Sul e Ásia Meridional: A base regionalista na ascensão de Brasil e Índia como potências globais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais...** . Caxambu, MG: Anpocs, 2010. p. 1 - 34.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. California: Addison-Weasley, 1979.

WORLD BANK. **World DataBank**. 2013.

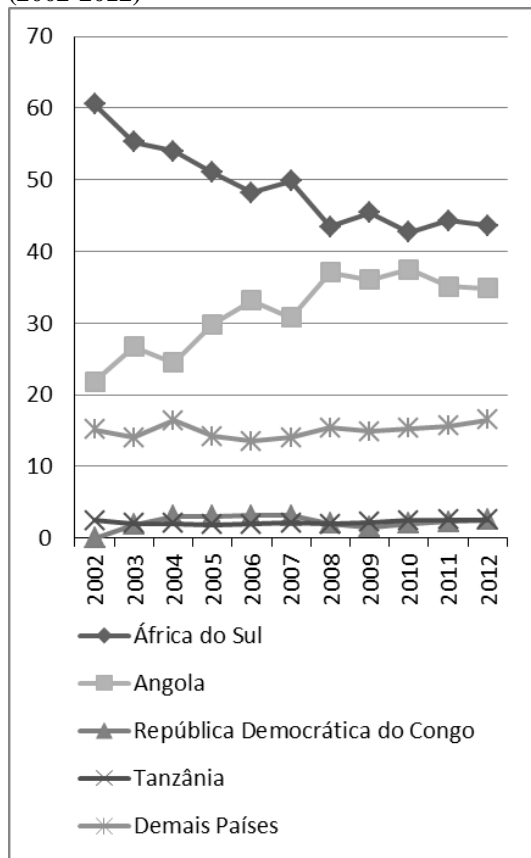
## **Anexos<sup>19</sup> – Gráficos adicionais: gastos militares e Produto Interno Bruto**

---

<sup>19</sup> Os gráficos aqui apresentados têm a função de embasar as observações feitas para a base de dados do Correlates of War (COW), que só está disponível até o ano de 2007. Assim sendo, utilizam-se duas das principais variáveis de medição de Poder nacional, incorporadas pelo *Composite Index of National Capabilities* (CINC), a saber, os gastos militares – abordados em porcentagens com relação às regiões em que estão inseridos os casos – e o Produto Interno Bruto, seguindo a mesma lógica de porcentagem na região. Como os dados foram obtidos em bases que possuem metodologia própria para trabalhar com valores, seja no caso dos gastos militares – com o Stockholm Peace Research Institute (SIPRI) –, seja com o cálculo do PIB – no caso do Banco Mundial, há algumas limitações de padronização que levaram a que as datas para a elaboração dos gráficos fossem selecionadas para os valores mais consistentes. Não há, entretanto, problemas nesse procedimento porque o objetivo da confecção dos gráficos auxiliares é tornarem válidas as análises feitas observando a base de dados do CINC, ainda que de forma incompleta, atualizando-a em 5 anos. Os gráficos que envolvem gastos militares coletados da base de dados do SIPRI utilizam dados a valores e taxas de câmbio constantes de 2011 em US\$, exceto para 2012, quando os valores são calculados para aquele ano. Os gráficos sobre PIB foram coletados da base de dados do Banco Mundial utilizam dados em 2013 em US\$, com taxas de câmbio anual, conforme metodologia do Banco Mundial.

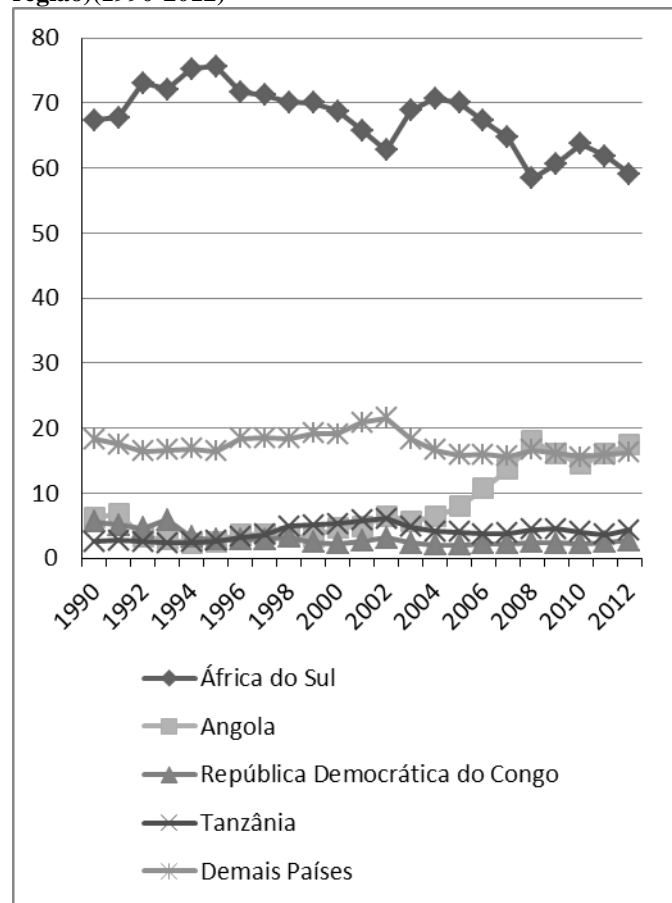


**Gráfico 6 - Gastos Militares na África Austral (% do total da região da sub-região) (2002-2012)**



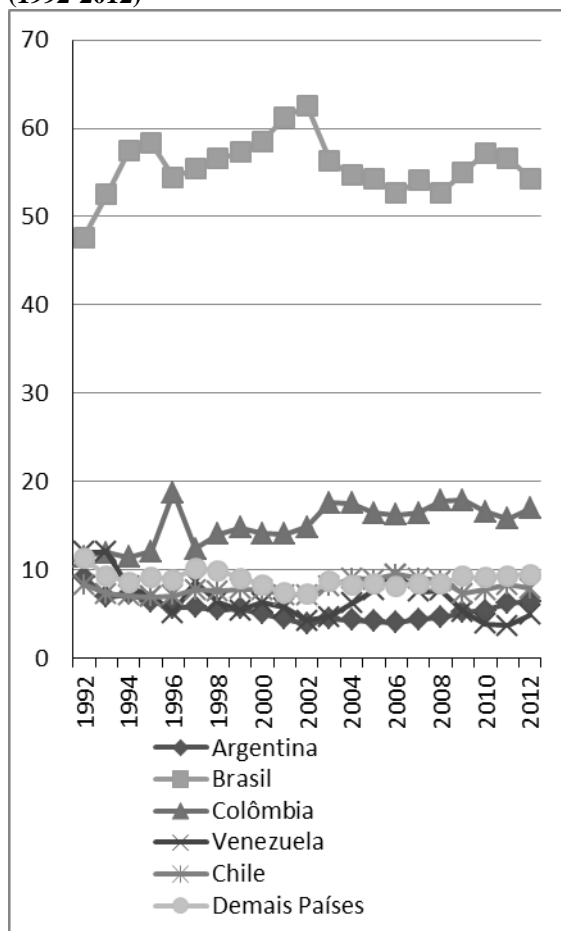
Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Benin (2007, 2009-2011), República Democrática do Congo (2001,2002), Malawi (2010), Moçambique (2011, 2012), Zâmbia (2002, 2003), Zimbábue (2002-2009).

**Gráfico 7 - Produto Interno Bruto dos Estados da África Austral (% do total da região)(1990-2012)**



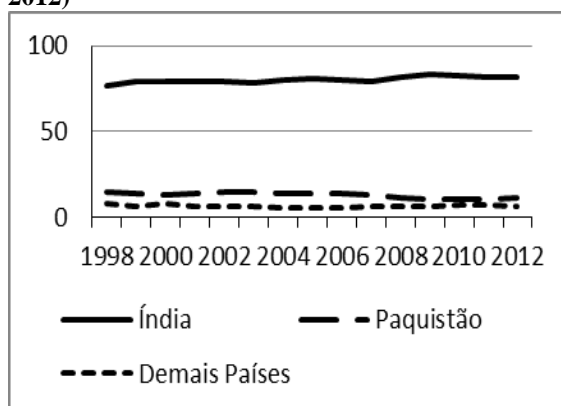
Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados em 2013 em US\$, com taxas de câmbio anual, conforme metodologia do Banco Mundial.

**Gráfico 8 - Gastos Militares na América do Sul (% do total da região da sub-região) (1992-2012)**



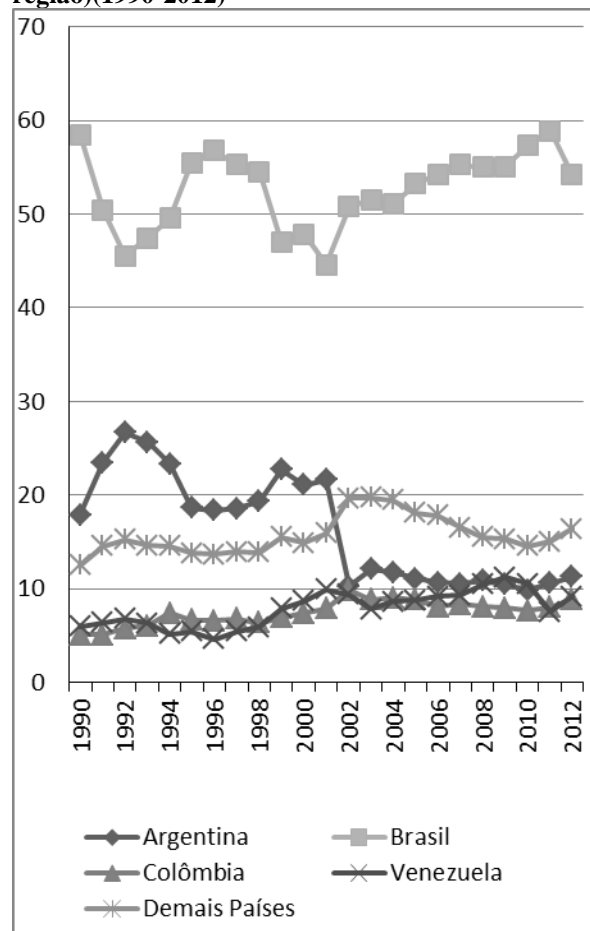
Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Guiana (1997-1999), Trinidad e Tobago (1997-2001 e 2011-2012) e Suriname (1992-2012).

**Gráfico 10 - Gastos Militares no Sul da Ásia (% do total da região da sub-região) (1998-2012)**



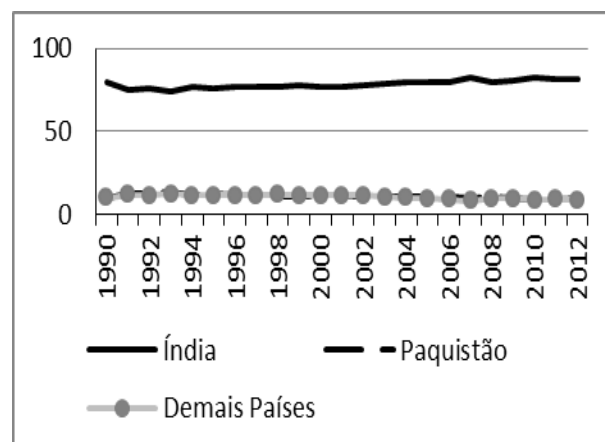
Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para o Afeganistão, entre 1998 e 2002, e para o Nepal em 2012.

**Gráfico 9 - Produto Interno Bruto dos Estados da América do Sul (% do total da região)(1990-2012)**



Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios.

**Gráfico 11 - Produto Interno Bruto dos Estados do Sul da Ásia (% do total da região)(1990-2012)**



Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Afeganistão entre 1990 e 2000 e 2012.